



EDITAL 1/2023

GRUPO DE PESQUISA EM DIREITO ELEITORAL E CIÊNCIA POLÍTICA

I - Objeto

Grupo de Pesquisa em Direito Eleitoral e Ciência Política da Escola Judiciária abre inscrições para acadêmicos que estejam cursando ou que tenham concluído cursos de bacharelado, licenciatura ou tecnólogos em qualquer área de atuação; para graduandos e pós-graduandos dos cursos de Direito, Ciência Política, Educação, Ciências Sociais, Jornalismo, Sociologia, Filosofia, Letras, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Pedagogia, Geografia e História Política e áreas afins.

O Grupo de Pesquisas em Direito Eleitoral e Ciência Política (GPEC) é destinado a acadêmicas e acadêmicos de qualquer curso superior, de especialização, de mestrado e de doutorado em qualquer programa de pós-graduação. Os colóquios são coordenados por dois professores ou duas professoras, necessariamente um(a) deles(as) mestre ou mestrando e outro(a) doutor(a) ou doutorando(a).

II - Contexto temático

No ano de 2023, o tema geral a ser trabalhado nos colóquios do Grupo de Pesquisa em Direito Eleitoral e Ciência Política da Escola Judiciária Eleitoral do Paraná é **DEMOCRACIA E O DIREITO À INFORMAÇÃO**.

Bibliografia

O Grupo de pesquisa possui a seguinte bibliografia comum:

1. ABREU, Sérgio Luis Versolato de; SANTANO, Ana Claudia. Necessidade da superação da visão binária da política. Revista Paraná Eleitoral, Curitiba, ano

2022, v. 11, n. 2, p. 1-20, 05 set. 2022. Disponível em: https://www.tre-pr.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.tre-pr.jus.br/institucional/revista-parana-eleitoral/revistas-e-livros/arquivos/revista-no-33/tre-pr-parana-eleitoral-2022-volume-11-revista-2-artigo-1/@@download/file/tre-pr-parana-eleitoral-2022-v11-r2-artigo-1-sergio-luis-versolato-ana-santano.pdf. Acesso em 10 abr. 2023.

2. BASSAN, Helen Benites. A liberdade de expressão na propaganda eleitoral brasileira. Revista Paraná Eleitoral, Curitiba, ano 2020, v. 9, n. 3, p. 435-457, 10 jun. 2020. Disponível em: https://www.tre-pr.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.tre-pr.jus.br/institucional/revista-parana-eleitoral/revistas-e-livros/arquivos/revista-no-27/tre-pr-parana-eleitoral-2020-volume-9-revista-3-artigo-6-helen-benites-bassan/@@download/file/tre-pr-parana-eleitoral-2020-volume-9-revista-3-artigo-6-helen-benites-bassan.pdf. Acesso em 10 abr. 2023.
3. FLUSSER, Vilém. Pós-história: vinte instantâneos e um modo de usar. São Paulo: Annablume, 2011.
4. SANDEL, Michael J. Justiça: o que é fazer a coisa certa. 35a Edição. Traduzido por Maria Alice Máximo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
5. PINHEIRO, Ana Claudia Duarte; HONÓRIO, Guilherme Bertoncello. Sistema representativo e democracia digital no Brasil: uma breve análise do panorama legal. Revista Paraná Eleitoral, Curitiba, ano 2022, v. 11, n. 3, p. 1-19, 05 set. 2022. Disponível em: https://www.tre-pr.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.tre-pr.jus.br/institucional/revista-parana-eleitoral/revistas-e-livros/arquivos/revista-no-34/tre-pr-parana-eleitoral-2022-volume-11-revista-3-artigo-3/@@download/file/tre-pr-parana-eleitoral-2022-v11-r3-artigo-3.pdf

Os colóquios ocorrerão sempre na 4^a quinta-feira de cada mês, à exceção do último encontro no mês de dezembro, que ocorrerá na 1^a quinta-feira (07/12/2023). Todos os colóquios serão realizados das 16h às 18h.

Além da bibliografia comum a todos os colóquios, cada colóquio em particular contará com bibliografia específica, relacionada no tópico a seguir.



III - Programa

Tema do 1º Encontro: Direito à Verdade e Atuação da Justiça Eleitoral no Combate às Fakes News e Deep Fakes - JUNHO

Coordenadores:

Prof. Me. LUIZ FERNANDO OBLADEN PUJOL e Prof. Me. VALÉRIA DOS SANTOS ROCHA

Bibliografia básica:

1. BRITO CRUZ, Francisco. Fake news definem uma eleição? in BARBOSA, Marina (Org.). Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas. Rio de Janeiro: Cobogó. 2019.
2. RODOTÀ, Stefano. O direito à verdade. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4414129/mod_folder/content/0/RODOTT%C3%81.%20Direito%20%C3%A0%20verdade.%20civilistica.com.pdf?forcedownload=1. Acesso em: 10/07/2021.
3. LLYC. Comunicação, jornalismo e fact-checking. Disponível em: <https://www.revistauno.com.br/numero-27/comunicacao-jornalismo-e-fact-checking/>. Acesso em: 10/07/2021.
4. PUJOL, Luiz Fernando Obladen. KNOERR, Fernando Gustavo. Liberdade de expressão e disseminação de fake news em eleição: o binômioliberdade-responsabilidad. Disponível em: https://www.academia.edu/79003523/NOVOS_TEMAS_DE_DIREITOS_HUMANOS_FUNDAMENTAIS_V.
5. SARLET, Ingo Wolfgang; SIQUEIRA, Andressa de Bittencourt. Liberdade de expressão e seus limites numa democracia: o caso das assim chamadas “fake news” nas redes sociais em período eleitoral no Brasil. Revista Estudos Institucionais, v. 6, n. 2, p. 534-578, maio/ago. 2020.



Tema do 2º Encontro - É cabível a inelegibilidade como sanção pela condenação por desinformação eleitoral? - JULHO

Coordenadores:

Prof. Dr. ROGÉRIO CARLOS BORN e Prof. Me. RAFAEL ANTÔNIO COSTA

Bibliografia básica:

1. BANNWART, C; CENCI, E.; SILVEIRA, F. *Fake news: impactos no Jornalismo e na Política*. Londrina: Engenho das Letras, 2022.
2. COSTA, A. S. *Instituições de Direito Eleitoral: teoria da inelegibilidade*. 10ª ed., Belo Horizonte: Forum, 2016
3. GARCIA, E. *O abuso de poder no processo eletivo*. in: Rev. Minist. Públ., Rio de Janeiro, RJ, (11), 2000. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/2823790/Emerson_Garcia.pdf
4. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Seminário Internacional Fake News e Eleições: anais*. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/livro-digital-fake-news.pdf>
5. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Temas selecionados*. Disponível em: <https://temasselecionados.tse.jus.br/temas-selecionados/inelegibilidades-e-condicoes-de-elegibilidade/parte-i-inelegibilidades-e-condicoes-de-elegibilidade-e-abuso-de-poder-e-uso-indevido-de-meios-de-comunicacao-social/caracterizacao/uso-indevido-de-meios-de-comunicacao-social>

Tema do 3º Encontro - Democracia e linguagem - AGOSTO

Coordenadores:



Profa. Me. YNA BARBOSA HONDA E SOUSA e Profa. Me. JOSEANE APARECIDA CORRÊA

Bibliografia básica:

1. BORGES, A. L. A.; BEZERRA, A. C. Linguagem simples no setor público brasileiro. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v. 14, 2021
2. Heloisa Fischer, Claudia Mont'Alvão, Erica dos Santos Rodrigues, Antonio Engelke, Compreensibilidade em textos de e-gov: uma análise exploratória da escrita do INSS, 9º Congresso Internacional de Design da Informação, Blucher Design Proceedings, Volume 6, 2019, Pages 303-313
3. SILVA, Asafe Davi Cortina; DELGADO, Heloísa Orsi Koch; FINATTO, Maria José Bocorny. Acessibilidade textual e terminológica para o português brasileiro: pesquisa, estratégias e orientações de [re]escrita simplificada. MOARA – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras ISSN: 0104-0944, [S.l.], n. 58, p. 322-343, jul. 2021

Tema do 4º Encontro - Democracia, ética e educação: caminhos no combate à desinformação - SETEMBRO

Coordenadora:

Profa. Dra. MARY NATSUE OGAWA

Bibliografia básica:

1. DEWEY, John. Democracia e educação. Lisboa: Plátano, 2007
2. FERNANDES, Jose Pedro Matos; ARAUJO, Alberto filipe; DEL DUJO, Ángel Garcia. Democracia, inteligência e (boa) educação, na perspectiva de John Dewey. Educação e Pesquisa, São Paulo, ano e169625, v. 44, p. 1-23, 22 set. 2016. DOI DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-463420170916925>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/zx3tfGt4d4nFbkgHCtXW75C/?lang=pt>. Acesso em: 30 mar. 2023.

3. EMPOLI, Giuliano de. Engenheiros do caos: Como as fakes news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições. São Paulo: Vestígio, 2020
4. LEVITSKY, Steven e ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. 1ed. –Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
5. SOARES, Giselle Silva. Entre o projeto de modernidade e a efetivação da democracia: marcas deixadas na construção da vida social brasileira. Revista Serviço Social & Sociedade, v. 109, n. 109, p. 31–44, mar. 2012.
6. BORBA, Bernardo Gureck; BORBA, Gisele Mara Gureck. Requisitos para uma democracia plena. Revista Paraná Eleitoral, Curitiba, ano 2022, v. 11, n. 3, p. 1-12, 25 abr. 2022. Disponível em: https://www.tre-pr.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.tre-pr.jus.br/institucional/revista-parana-eleitoral/revistas-e-livros/arquivos/revista-no-34/tre-pr-parana-eleitoral-2022-volume-11-revista-3-artigo-5/@@download/file/tre-pr-parana-eleitoral-2022-v11-r3-artigo-5.pdf. Acesso em: 30 mar. 2023.

Tema do 5º Encontro - As redes de divulgação de informações de qualidade e o combate às informações falsas ou fraudulentas - OUTUBRO

Coordenadores:

Prof. Me. FREDERICO RAFAEL MARTINS DE ALMEIDA e Profa. Me. ISABELA DOMINGOS

Bibliografia básica:

1. ALVIM, Frederico Franco. Crise democrática e Justiça Eleitoral: desafios, encargos institucionais e caminhos de ação. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2020;



2. BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Programa de enfrentamento à desinformação com foco nas Eleições 2020: relatório de ações e resultados. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2021. 34 p. Autoria: OSORIO, Aline Rezende Peres; BARCELOS, Júlia Rocha de; VARGAS, Marco Antonio Martin; RONDON, Thiago; RODRIGUES, Tainah Pereira; CARDOSO, Claudio; POLIDORO, Márcio.
3. Gestão do risco da imagem institucional. FGV EAESP Papers, n. 10, 2016. Recuperado de: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/15645/Gest%C3%A3o-do-Risco-da-Imagen-Institucional-Cardoso-e-Polidoro.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

Tema do 6º Encontro - Democracia Analógica X Democracia Digital - NOVEMBRO

Coordenadores:

Profa. Dra. CLÁUDIA AFÂNIO e Prof. Me. SERGIO LUIS VERSOLATO DE ABREU

Bibliografia básica:

1. BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. Estado de Crise. 2016. Editora Zahar. Rio de Janeiro.
2. CALHOUN, Graig; PARAMESHAWAR, Gaonkar, TAYLOR, Charles. Degenerations of Democracy .2022. Editora Harvard University Press. Cambridg, Massachusetts/ London, England
3. ABREU, Sérgio Luis Versolato de. A importância do respeito às Regras não escritas e as Instituições de Estado para a Democracia Liberal. In Revista Jurídica Luso-Brasileira. 2021. Ano 7. Nº 6. Lisboa
4. ABREU, Sérgio Luis Versolato de . SANTANO, Ana Claudia. Necessidade da Superação da visão binária da política.-In Paraná Eleitoral. 2022. V. 11. Nº 2. Curitiba.
5. FOLHA DE SÃO PAULO. Israelenses interrompem voos e entram em greve contra reforma judicial. 27/03/2023. <

https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/03/israelenses-entram-em-greve-geral-e-interrompem-voos-contra-reforma-judicial.shtml?_gl=1*2xzayx*_ga*NzQ4ODE3OTAyLjE2Nzk2MDQwMzA.*_ga_RY1LTN28TR*MTY4MDEwOTQ1MS43LjEuMTY4MDEwOTQ3MC40MS4wLjA.>

Tema do 7º Encontro - Censura e controle de mídia: como a limitação da liberdade de expressão ou a sua ausência de limitação pode impactar no Índice de Democracia (V-Dem) - DEZEMBRO

Coordenadores:

Profa. Me. PATRÍCIA GASPARRO SEVILHA GRECO e Prof. Esp. DANIEL GALUCH JUNIOR

Bibliografia básica:

1. LÜHRMANN, A.; FINZEL, L.; GASTALDI, L.; GRAHN, S.; HELLMEIER, S.; HIRNDORF, D.; MAERZ, S. F. Defending Democracy against Illiberal Challengers: a resource guide. Gothenburg: V-DEM Institute, 2020. Disponível em: https://www.v-dem.net/documents/21/resource_guide.pdf.
2. PAPADA, E.; ALTMAN, D.; ANGIOLILLO, F.; GASTALDI, L.; KÖHLER, T.; LUNDSTEDT, M.; NATSIKA, N.; NORD, M.; SATO, Y.; WIEBRECHT, F.; LINDBERG, S. I. Defiance in the Face of Autocratization. Democracy Report. University of Gothenburg: V-Dem Institute, 2023. Disponível em: https://www.v-dem.net/documents/29/V-dem_democracyreport2023_lowres.pdf.
3. PAGANOTTI, I. Censura, justiça e regulação da mídia na redemocratização. Curitiba: Appris, 2021.
4. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Seminário Internacional Fake News e Eleições: anais. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/livro-digital-fake-news.pdf>
5. MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO. Voto no Recurso Ordinário Eleitoral nº 0603975-98, Curitiba – PR. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/jurisprudencia/decisoes/pesquisa-na-je-antiga>.



6. MENDONÇA, Ricardo Fabrino et al. Fake news e o repertório contemporâneo de ação política. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 66, n. 2, p. 1-33, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/dados.2023.66.2.301>.

IV - Metodologia

Os participantes devem optar por um dos colóquios, a fim de realizar as pesquisas focadas naquele subtema, por meio da orientação do(s) coordenador(es). Cada colóquio será coordenado por até dois professores ou duas professoras orientadores(as), que presidirão a mesa, e será composto por no mínimo 04 (quatro) participantes selecionados entre os inscritos. Caso o número de inscritos de alguns dos colóquios fique abaixo do mínimo de 04 (quatro), poderá receber remanejamento de participantes de outros colóquios com número maior que o mínimo.

Cada grupo deverá apresentar de forma oral e, se desejar, escrita o seu processo de pesquisa e quais foram as conclusões obtidas. Nessas sessões, os pesquisadores defenderão o tema do colóquio, conforme a orientação do(a) coordenador(a). Será eliminado do programa o integrante que não apresentar a sua pesquisa de forma oral e não participar como ouvinte e ou debatedor de, pelo menos, dois outros colóquios, não recebendo a certificação.

Os(as) coordenadores(as) são independentes e autônomos(as) para implementar técnicas didáticas, metodologias ativas e indicações de fontes na condução do evento. Os(as) participantes terão o período de 02 (duas) horas para as apresentações no colóquio, cuja subdivisão ficará a cargo do(a) coordenador(a) do encontro.

Os colóquios serão documentados em vídeos, que serão divulgados na página oficial do tribunal e nos canais de comunicação do grupo de pesquisas. As sessões serão



gravadas e transmitidas por plataforma virtual. Os(as) participantes, ao se inscreverem, concordam com a cessão do direito de imagem. Os debates não poderão envolver militância política e partidária, defesa de ideologias partidárias ou discurso de ódio.

Os colóquios são públicos e acessíveis a qualquer cidadão como **ouvinte** e, dessa forma, o *link* poderá ser fornecido para convidados dos(as) coordenadores(as) e dos(as) acadêmicos(as). Servidores(as) interessados(as) poderão acompanhar as discussões via Conectre.

ARTIGO: Os integrantes devem apresentar artigo relacionado ao tema de seus colóquios e receberão horas complementares caso o trabalho seja aprovado pelo coordenador do colóquio e, ainda, caso seja aprovado pelo Conselho Editorial da Revista Paraná Eleitoral - revista brasileira de direito eleitoral e ciência política, poderá ser publicado nesse periódico.

Os artigos devem ser redigidos em coautoria com os(as) coordenadores(as) de colóquios, limitando-se o número de autores(as) a cinco (5).

Os trabalhos deverão ser elaborados no formato exigido pelas normas de publicação da Paraná Eleitoral-revista brasileira de direito eleitoral e ciência política, disponíveis em <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pr-parana-eleitoral-normas-para-publicacao>.

V - Sobre a participação

Para integrar o Grupo de Pesquisa, o candidato, ao realizar a inscrição, estará automaticamente assumindo a responsabilidade de participar como “pesquisador” e debatedor de um colóquio e como ouvinte em pelo menos outros dois colóquios.



A participação mínima não impede que o candidato possa fazer parte do Grupo de Pesquisa de outras formas, a saber:

Os participantes poderão obter a certificação de até 60 (sessenta) horas de atividades complementares como curso de extensão em Direito Eleitoral e Ciência Política, na seguinte proporção:

- a) **20 (vinte) horas de atividade de pesquisa e participação obrigatória em colóquio.** A não participação implica a eliminação do grupo de pesquisas e a perda do direito à certificação. As acadêmicas e os acadêmicos deverão assinar a lista de frequência disponibilizada no momento da realização.
- b) **4 (quatro) horas por sessão de colóquios,** não contando as sessões administrativas e aquela em que tenha participado como debatedor. As acadêmicas e os acadêmicos deverão assinar a lista de frequência disponibilizada no momento da realização do colóquio.
- c) **20 (vinte) horas pela apresentação de artigo científico, em coautoria com até 4 (quatro) coautores, contabilizando-se a coautoria do coordenador,** acerca de um dos temas que serão apresentados nos colóquios no prazo previsto em calendário. O artigo deverá ser encaminhado no prazo previsto em calendário, e as regras de publicação serão as mesmas adotadas pela Paraná Eleitoral - revista brasileira de direito eleitoral e ciência política, disponíveis em <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pr-parana-eleitoral-normas-para-publicacao>

VI - Inscrições

As **inscrições** deverão ser realizadas gratuitamente entre 20 de abril a 17 de maio de 2023, no link a seguir: [Formulário de inscrição](#).



A inscrição deverá ser realizada por formulário próprio, do qual constam todas as informações necessárias para o ingresso no Grupo de Pesquisa em Direito Eleitoral e Ciência Política da Escola Judiciária Eleitoral do Paraná, incluindo-se aquelas utilizadas para a classificação dos(as) candidatos(as): [Formulário de inscrição no Grupo de Pesquisa em Direito Eleitoral e Ciência Política da Escola Judiciária.](#)

VII - Cronograma

- I – Inscrição - até o dia 17 de maio de 2023;
- II - Confirmação aos inscritos sobre a participação - até o dia 19/5;
- III – Reunião de apresentação do projeto e de definição dos colóquios - dia 29/05 - das 16h às 18h;
- IV - Início dos colóquios - 22 de junho de 2023;
- V - Submissão de artigos - até o dia 29/02/2024.

VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Quaisquer divergências ou lacunas deste edital serão avaliadas e decididas pela Coordenação Geral do Grupo de Pesquisa em Direito Eleitoral e Ciência Política.

Os inscritos no grupo aceitam os termos deste Edital e concordam com a utilização dos direitos de imagem nas edições de vídeo e de fotografia utilizadas na divulgação dos colóquios.

Dúvidas e esclarecimentos adicionais podem ser enviadas para o endereço universidade@tre-pr.jus.br ou pelo telefone (41) 3330-8573 (das 13h às 18h).



Curitiba, 5 de maio de 2023.

Thiago Paiva dos Santos

Juiz Diretor-Executivo da Escola Judiciária Eleitoral do TRE-PR



ANEXO

CURRÍCULO DOS COORDENADORES DOS GRUPOS DE PESQUISAS

COORDENAÇÃO ACADÊMICA:

Patrícia Gasparro Sevilha Greco

Doutoranda em Direito Negocial da Universidade Estadual de Londrina. Mestra em Direito Negocial na Universidade Estadual de Londrina. Possui graduação em Direito pela Universidade Estadual de Maringá (2005) e em Gestão PDoutoranda e Mestra em Direito Negocial da Universidade Estadual de Londrina. Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Maringá e em Gestão Pública pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci. Graduanda em Licenciatura em Filosofia pela Universidade de Franca. Especialista (pós-graduada) em Metodologias em educação à distância, em Ética e Filosofia Política, em Gestão em Organizações do Terceiro Setor e Projetos Sociais, em Direito Aplicado, em Gestão Pública e em Direito Agrofinanceiro. É analista judiciário área judiciária - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, desde 2007, com a função de chefia de cartório. Tem experiência na área de Direito e de Gestão Pública, atuando principalmente nos seguintes temas: Direito Constitucional, Direito Eleitoral, Ciência Política, Filosofia Política, Sociologia jurídica, Jurisdicionalização e Ética. Professora de Direito Eleitoral dos principais cursos preparatórios para concursos (VIPJUS, PCI, EXPONENCIAL), além de tutora e conteudista de cursos EAD para o TSE e vários TRE's. Palestrante e escritora. Membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político - ABRADEP. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6245626420021642>

Rafael Pereira de Menezes

Rafael Pereira de Menezes é bacharel em direito pela Universidade Mackenzie, mestre e doutor em filosofia pela PUC/PR. É analista judiciário do Tribunal Regional do Paraná, professor titular de gestão pública, filosofia e ética na escola de negócios do Centro Universitário Campos de Andrade, palestrante e autor, entre outras, das obras Para uma filosofia do mito (no prelo), Gestão de pessoas no setor público e Conjuntura política e análise de riscos, ambas pela Ed. Contestus. É membro fundador do grupo de estudos Albert Camus e diretor de pesquisas acadêmicas do Instituto Federalista. [Lattes: http://lattes.cnpq.br/8073515499439962](http://lattes.cnpq.br/8073515499439962)



COORDENADORES DOS COLÓQUIOS:

Claudia Afanio

Mestre em DIREITO pela Universidade Federal do Paraná (2006), Graduada em FILOSOFIA pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1994) e em DIREITO pela Faculdade de Direito de Curitiba (1999). Servidora Pública Federal no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (desde 1997). Atua, especialmente, nas áreas de Filosofia Política, Filosofia do Direito, Teoria Geral do Estado, Direito Constitucional e Direito Eleitoral. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3985252556446358>

Daniel Galuch Junior

Analista Judiciário no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR). É Bacharel em Direito e Geografia pela Universidade Estadual de Maringá, especialista em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Paraná – UFPR e graduando em ciência política pela UNINTER. Editor executivo da Revista Paraná Eleitoral, responsável pela área da Geografia Política. Coorganizador do Atlas Eleitoral do Paraná – Eleições para Governador (1945-1982) Volume I. Professor de História do Direito Eleitoral e Partidário pela UNINTER. Área de atuação é a história e a geografia das eleições no estado do Paraná. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4282561958344290>.

Frederico Rafael Martins de Almeida

Mestre em Direito Empresarial e Cidadania. Professor universitário na graduação (UNIOPET) e pós-graduação (PUC/PR e UNINTER). Professor nos cursos de formação inicial de juízes substitutos no Tribunal de Justiça do Paraná (TJ/PR). Membro do Conselho Consultivo da Escola Judiciária Eleitoral do Paraná (EJE-PR). Membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP). Membro da "Conferencia Americana de Organismos Electorales Subnacionales por la Transparencia Electoral" (CAOESTE). Atuou como Observador Internacional nas eleições no Chile(2021) e Estados Unidos (2022). Co-autor em diversa obras jurídicas. Analista Judiciário no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE/PR). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8368684941500811>.



Isabela Domingos

Mestre em Direito Econômico e Desenvolvimento pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Professora Universitária. Advogada. Orcid: <http://lattes.cnpq.br/1327813014404174>

Joseane Aparecida Corrêa

Aagente de Linguagem Simples, Transparência e Inovação. Advogada e mestra em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Auditora Fiscal de Controle Externo do Tribunal de Contas de Santa Catarina. Atua na Assessoria de Planejamento da Presidência. Facilitadora do Instituto de Contas. Co-criadora do Projeto InovaTCE. Coordena o Programa de Linguagem Simples e Inovação Jurídica do TCE/SC. Curriculum lattes: <http://lattes.cnpq.br/4807129652074153>.

Luiz Fernando Obladen Pujol

Advogado inscrito na OAB/PR sob o nº 68.526, Professor de Direito Processual Eleitoral (UNINTER), Diretor Jurídico da Câmara Municipal de São José dos Pinhais. Advoga nas áreas de Direito Eleitoral, Partidário e Administrativo. Mestrando em Direito Empresarial e Cidadania pelo Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA), Pós-Graduado em Direito Processual Civil Contemporâneo pela Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDConst). Pós-Graduado em Direito Público pela Escola da Magistratura do Estado do Paraná (EMAP). Integrante dos Grupos de Pesquisa Direito Eleitoral e Ciência Política do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE/PR), ocupando a Cadeira n.19 tendo como patrono e patronesse Nicolau Maquiavel e Myrthes Campos. Integrante dos Grupos de Pesquisa: Critérios Razoáveis para a Utilização de Teorias da Justiça e da Argumentação pelo STF do UNICURITIBA; Tributação, Moralidade e Sustentabilidade do UNICURITIBA. Membro do Grupo de Estudos de Direito Eleitoral do Instituto Gaúcho de Direito Eleitoral (IGADE). Coordenador da Comissão Jurídica do Conselho Nacional Privado da Juventude (CONSEJUVE). Conselheiro no Conselho Estadual da Juventude do Estado do Paraná (CEJUV/PR). Membro do Instituto Barão do Serro Azul (IBSA). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4616592785678305>.

Mary Natsue Ogawa



Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), Mestre em Educação também pela PUC-PR. Pedagoga graduada pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialista em Projetos Educativos em âmbito educacional e não educacional pela PUC/PR, e também Especialista em Educação Especial pelo Centro Internacional de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (CIPPEX). Atuou como coordenadora de cursos de pós-graduação, como formadora em cursos de formação continuada para professores e pedagogos escolares na Secretaria Municipal da Educação de Curitiba. Atualmente desenvolve projeto de educação para a cidadania na Escola Judiciária Eleitoral do TRE-PR. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6374579588781167>.

Rafael Antônio Costa

Mestre em Direito Negocial - linha de pesquisa Estado Contemporâneo - pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Especialista em Direito Constitucional. Especialista em Direito Eleitoral. Professor da Faculdade de Educação, Administração e Tecnologia de Ibaiti (FEATI). Analista Judiciário no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR). Membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7382066596770291>.

Rogério Carlos Born

Doutor e Mestre em Direito Constitucional na linha de Direitos Fundamentais e Democracia. Especialista em Direito Público, Eleitoral, Militar e Metodologia do Ensino Superior. Graduado em Direito, Ciência Política e Relações Internacionais. Graduando em Jornalismo. Professor universitário de graduação, pós-graduação lato sensu e extensão em Ciência Política, Direito, Gestão Pública, Relações Internacionais e Administração de Municípios nos Centros Universitários UniDomBosco e Uninter (Curitiba) e na Faculdade Republicana (Brasília). Chefe da Seção de Jornalismo do TRE-PR. Membro consultor convidado da Comissão de Educação e Políticas Públicas Educacionais (2021) e Comissão de Direito Internacional da OAB-PR (2012-2018). Autor das obras: Ação Rescisória no Direito Eleitoral e o Novo Código de Processo Civil, Direito Eleitoral Internacional e Comunitário, Direito Eleitoral Militar, Objeção de consciência: restrições aos direitos políticos, Valores políticos, ideológicos, cívicos e culturais, Sentença no Direito Penal Militar: teoria e prática; Direito Eleitoral para Concursos; Direito Penal Militar para Concursos; Direito Processual Penal Militar para Concursos, Direito Eleitoral, Panorama do Direito Eleitoral e Partidário e Panorama do



Direito Militar e Humanitário e Panorama do Direito Militar Brasileiro e do Direito Humanitário Internacional. Autor de capítulo da coletânea Tratado de Direito Eleitoral, coordenada pelo ministro Luiz Fux (STF). Idealizador e coordenador dos programas Sábado do Saber®-Ciclo de Palestras e Debates Acadêmicos, Justiça Eleitoral na Universidade e dos Grupos de Pesquisas de Direito Eleitoral, Ciência Política, Geografia e História Política (EJE-PR/TRE-PR). Articulista em revistas jurídicas no Brasil, Portugal e Espanha. Em parceira com a Comissão de Direito Internacional da OAB/PR, coautor da Cartilha do Eleitor Brasileiro no Exterior e, com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em coautoria elaborou a Cartilha de Orientação Política da Igreja Católica entre 2012 e 2022. Presta consultoria e assessoria em educação superior. Membro da cadeira 3 - Patrono D. Pedro Filipak - da Academia de Letras, Artes e Ciências do Centro-Sul do Paraná. Membro da Associação Brasileira de Direito Eleitoral e Política (Abraadep) e do Instituto Federalista do Brasil. Atua nas áreas de Ciência Política, Jornalismo Político e Eleitoral, Direito Eleitoral, Direito Partidário, Direito Internacional, Direito Militar, Direito Constitucional, Direito Tributário e Relações Internacionais. Membro do Conselho Editorial da revista Populus (TRE-BA), revista do Consinter e da Editora Juruá. Editor-chefe da Paraná Eleitoral-revista brasileira de direito eleitoral e ciência política do TRE-PR (2016-2022). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9170335117007316>. Currículo Orcid 0000-0003-2300-4621. (rcborn@uol.com.br).

Sérgio Luis Versolato de Abreu

Possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná (1992) e graduação em DIREITO pela Faculdade de Direito de Curitiba (atual UNICURITIBA) (1996). Especialização em Direito Eleitoral e Processual Eleitoral (2006). Mestre em Direitos Fundamentais e Democracia pelo Centro Universitário Autônomo do Brasil (UNIBRASIL). Membro-coordenador do Grupo de Pesquisas de Direito Eleitoral e Ciência Política (EJE-PR/TRE-PR). Atualmente é técnico judiciário no- Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Eleitoral. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7180643515900362>.

Yna Barbosa Honda e Sousa

Doutoranda em Tecnologia e Sociedade, na UTFPR. Mestra em Governança e Sustentabilidade pelo ISAE/FGV. Especialização em Direito Tributário pelas Faculdades Integradas Curitiba. Graduação em Direito pela Universidade Federal do



Paraná. Servidora Pública Federal desde 1999. Analista Judiciário do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e chefe de cartório eleitoral. Capacitação internacional em Storytelling, Diretora Geral da Casa do Contador de Histórias, palestrante, formadora e curadora de inovação, governança e sustentabilidade. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0660051160031621>.